



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

EDITAL/AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº. 010/2026 (com disputa eletrônica) **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 063//2026**

1. INFORMAÇÕES SOBRE A DISPENSA DE LICITAÇÃO:

1.1. Do Objeto: **Contratação de empresa do ramo para a aquisição de instrumentos musicais para utilização nas oficinas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), conforme condições estabelecidas neste Edital/Aviso de Dispensa de licitação, Termo de Referência e seus anexos.**

Valor total estimado: **R\$ 25.692,52(Vinte e cinco mil, seiscientos e noventa e dois reais e cinquenta e dois centavos).**

1.2.

1.3. Secretaria Contemplada: **Secretaria Municipal de Assistência Social.**

1.4. Solicitação atendida: **DFD P.A. nº. 063//2026.**

1.5. **Período para cadastramento/entrega de propostas: 15/05/2026 até 20/05/2026 às 08:00hrs – Sessão de Disputa: Das 09:00h às 15:00h do dia 20/05/2026.**

1.6. **Responsáveis pelo certame:**

1.6.1. Agente de contratação: **João Marcos Guedes de Magalhães;**

1.6.2. Equipe de Apoio: **Arcanja Gomes Maciel Câmara, Railda da Silva Gama e Luanda da Câmara Moreira.**

1.6.3. Portarias nºs: **34/2026.**

1.7. Rito de seleção: **Dispensa eletrônica.**

1.8. Forma de seleção: **Eletrônica (com lances).**

1.9. Local do certame: **Através da Plataforma Eletrônica Licitanet.**

1.9.1. Sessão pública eletrônica: <https://portal.licitanet.com.br/login>.

1.10. Este procedimento de dispensa será sob o sistema de registro de preços? **Não.**

1.11. **Critério de julgamento: Menor preço por Lote Único.**

1.12. Modo de Disputa: **Aberto.**

1.13. Ordem das etapas: **Rito procedimental comum.**

1.14. Benefícios de Micro e Pequenas Empresas – MPE: **Sim.**

1.14.1. **"Lote(s)/Item(ns) Exclusivo(s)"** para ME/EPP: **Não.**

1.14.2. **"Lote(s) Geral":** Não é item/lote exclusivo para ME/EPP, mas tem os benefícios de desempate ficto, prazo para regularidade fiscal/trabalhista.

1.14.2.1. Desempate Ficto: **Sim.**

1.14.2.2. Regularização fiscal/trabalhista tardia: **Sim.**

1.15. Caso existam itens ou lotes exclusivos para ME/EPP, o proponente deverá obrigatoriamente se declarar como tal para usufruir desse benefício.

1.16. Caso haja benefício para ME/EPP em relação a cada item ou lote do objeto, estes estarão detalhadamente especificados no Anexo I do Edital/Aviso de Dispensa de licitação.

1.17. Caso haja apresentação de amostras as condições estarão descritas nas especificações do objeto do Anexo I do Edital/Aviso de Dispensa de licitação.

1.18. Será necessário comprovar a existência de programa de integridade em até 06 (seis) meses, contados da assinatura do contrato: **Não.**

2. PODERÃO PARTICIPAR DA DISPENSA DE LICITAÇÃO:

2.1. Quem for do ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

2.2. Quem não estiver sancionado com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Município, ou com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

Administração Pública, a comprovação será realizada em sessão pública mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 2.2.1. SICAF.
- 2.2.2. Consulta Consolidada TCU, CNJ, CEIS, CNEP, através do link: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.
- 2.3. Quem não tiver vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação/contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato/instrumento equivalente.
- 2.4. Quem não tiver cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação/contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato/instrumento equivalente.
- 2.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), desde que não estejam concorrendo entre si; e
- 2.6. Quem, nos cinco anos anteriores à divulgação deste Edital/Aviso de Dispensa de licitação, não tiver sido condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3. DECLARAÇÕES:

- 3.1. Ao participar deste procedimento de dispensa, o fornecedor concorda, tacitamente, com as declarações arroladas neste item, sendo desnecessária a apresentação dessas declarações, por escrito.
 - 3.1.1. Estou ciente, concordo e atendo a todas as condições do Edital/Aviso de Dispensa de licitação e seus anexos;
 - 3.1.2. Não há nada que impeça, juridicamente, a minha habilitação neste momento. Se algum fato impeditivo acontecer depois, estarei obrigado a informar ao Município;
 - 3.1.3. Não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz;
 - 3.1.4. A proposta foi elaborada de forma independente e nenhuma empresa potencialmente participante do procedimento de dispensa conhece meu preço;
 - 3.1.5. A proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
 - 3.1.6. Não há, na minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado;
 - 3.1.7. Minha empresa cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei e normas específicas para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz; e
 - 3.1.8. Declaro o Atendimento ao art. 14, inciso I e/ou II da Lei Federal nº 14.133/2021;
 - 3.1.9. Declaro que, caso objeto seja relativo à execução de obra ou projeto, a empresa terá como responsável técnico pela execução do objeto, o profissional cujo acervo técnico foi apresentado como comprovação da qualificação técnica da proponente.
 - 3.1.10. Declaro que até o momento não foram celebrados contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme § 2º, Art. 4º da Lei 14.133/21.



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

3.1.11. Tenho ciência de que a declaração falsa acarretará aplicação de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública do País, além das demais sanções legais cabíveis.

3.1.12. Que não encontra-se em estado falimentar ou de recuperação judicial.

4. **CREDENCIAMENTO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO:**

4.1. No caso de certames eletrônicos, o credenciamento é feito pela plataforma eletrônica <https://portal.licitanet.com.br/login>.

5. **PROPOSTA:**

5.1. O proponente deverá enviar sua proposta inicial por meio do preenchimento dos campos disponíveis na plataforma eletrônica Licitanet.

5.2. Na elaboração de suas propostas, as proponentes deverão levar em consideração:

5.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a proponente.

5.2.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.2.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.2.4. Os preços unitários deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais, expressando os valores em moeda nacional, e as operações matemáticas deverão considerar apenas 2 (duas) casas decimais, eliminando-se sempre a 3ª (terceira) casa decimal, independentemente da aproximação.

5.2.5. Os proponentes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.3. A proposta final poderá ser preenchida conforme **modelo do Anexo III** deste Edital/Aviso de Dispensa de licitação, caso seja utilizado outro modelo deverá estar em conformidade com as disposições deste Edital/Aviso de Dispensa de licitação e seus anexos, e constar:

5.3.1. Identificação da proponente;

5.3.2. Valor unitário e total do item, conforme estabelecido no Edital/Aviso de Dispensa de licitação;

5.3.3. Marca;

5.3.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.4. Deverá ser apresentado documentos junto com a proposta final? **Não.**

5.5. Será exigida a prestação de garantia de proposta? **Não.**

5.6. Julgamento pelo ciclo de vida: **Não.**

5.7. Critério de inovação ou de desenvolvimento nacional sustentável: **Não.**

6. **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

6.1. A habilitação far-se-á mediante a apresentação dos documentos relacionados abaixo:

6.2. **Habilitação jurídica:**

6.2.1. Estatuto social ou contrato social ou outro instrumento de registro comercial, com suas alterações ou da consolidação respectiva, registrado na Junta Comercial ou outro órgão competente de acordo com a legislação aplicável, constando o ramo de atividade compatível com o objeto.

6.3. **Habilitação fiscal, social e trabalhista:**



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

- 6.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp);
- 6.3.2. Regularidade perante a fazenda federal e a seguridade social (<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/certidaointernet/pj/emitir>);
- 6.3.3. Regularidade perante a fazenda estadual ou distrital da sede do proponente;
- 6.3.4. Regularidade perante a fazenda municipal da sede do proponente;
- 6.3.5. Regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (<https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>); e
- 6.3.6. Regularidade trabalhista (<http://www.tst.jus.br/certidao>).
- 6.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.4. Qualificação econômico-financeira:

- 6.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).
 - 6.4.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o proponente deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

6.5. Qualificação técnica:

- 6.5.1. Apresentar atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de contrato cujo objeto seja pertinente e compatível com o da presente contratação direta, observando-se as características, quantidades e prazos.

7. EM QUE SITUAÇÃO VOCÊ, ENQUANTO PROPONENTE, PODERÁ SER SANCIONADO:

- 7.1. As infrações praticadas pelo proponente serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual de processo sancionatório da Administração Municipal.
- 7.2. As fraudes ou irregularidades se configuram sempre que houver tentativa de frustração do caráter competitivo e da impessoalidade nas licitações, nos termos da Lei nº. 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e Lei nº. 14.133/2021 e demais cominações legais.
- 7.3. Comete infração administrativa, o proponente que:

Item	INFRAÇÃO COMETIDA	POSSÍVEL PENALIDADE
I.	Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Advertência por faltas leves
		Multa: de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da proposta
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Cotegipe
II.	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa: de 2% (dois por cento) sobre o valor total da proposta
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Cotegipe
III.	não possua condições para emissão de Certidão Negativa de Débitos/Positiva com Efeitos de Negativa exigida no Edital/Aviso de Dispensa de licitação	Multa: de 2% (dois por cento) sobre o valor total da proposta
IV.	deixe de enviar amostras para análise, exigidas no Edital/Aviso de Dispensa de licitação, quando convocada	Multa: de 5% (cinco por cento) sobre o valor do lote correspondente



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

V.	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a seleção do fornecedor	Multa: de 10% (dez por cento) sobre o valor da sua proposta Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos
VI.	ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação/contratação direta sem motivo justificado	Multa: de 10% (dez por cento) sobre o valor da sua proposta
VII.	Fraudar a seleção do fornecedor	Multa: de 10% (dez por cento) sobre o valor da sua proposta Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos
VIII.	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Multa: de 10% (dez por cento) sobre o valor da sua proposta Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos
IX.	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da seleção do fornecedor	Multa: de 10% (dez por cento) sobre o valor da sua proposta Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos
X.	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Multa: de 10% (dez por cento) sobre o valor da sua proposta Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos
XI.	Participar de licitação/contratação direta com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente	Multa: de 10% (dez por cento) sobre o valor da sua proposta
XII.	Não celebrar o contrato/instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa: de 10% (dez por cento) sobre o valor da sua proposta Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Cotegipe
XIII.	Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Cotegipe

7.4. Havendo ou não a apresentação de defesa prévia pela proponente dentro do prazo estabelecido, será aberto prazo para a apresentação de alegações finais, o qual será de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após o recebimento da notificação pela proponente.

7.5. Após o recebimento das alegações finais, a decisão administrativa será proferida em até 10 (dez) dias úteis pelo Agente de Contratação/Comissão/Autoridade Competente.

7.6. Não sendo pagas as multas no prazo previsto no item anterior, haverá a incidência de juros de mora, nos termos estabelecidos no artigo 406 da Lei 10.406/02 - Código Civil.

7.7. Se, durante o procedimento de dispensa, houver constatação de tentativa de frustração do caráter competitivo ou de uma irregularidade robusta e formal da proponente, ou ainda a verificação de um conjunto de indícios convergentes, acumulativos e concordantes entre si que permita a formação de juízo de tentativa de fraude ou irregularidade, tais condutas deverão ser verificadas através de abertura de processo investigativo para apuração de fraude ou conduta irregular praticada pela proponente.

7.8. Se, após apuração, ocorrer a constatação de prática pela proponente de qualquer das infrações administrativas previstas neste Edital/Aviso de Dispensa de licitação, será instaurado processo administrativo de penalidade que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se no que couber as disposições da Lei nº. 14.133/2021.

7.9. **As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos deste Edital/Aviso de Dispensa de licitação.**

8. INFORMAÇÕES GERAIS:



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

8.1. **CrITÉrios de Disputa:**

- 8.1.1. A abertura da presente dispensa de licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital/Aviso de Dispensa de licitação.
- 8.1.2. Os proponentes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 8.1.3. Iniciada a etapa competitiva, os proponentes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.1.4. O critério de julgamento do presente procedimento de dispensa é o **MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO**.
- 8.1.5. Os proponentes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital/Aviso de Dispensa de licitação.
- 8.1.6. O proponente somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema sendo tais lances definidos como "lances intermediários".
- 8.1.7. Caso o proponente não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.1.8. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 8.1.9. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 8.1.10. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

8.2. **Condições de julgamento das Propostas e Habilitação:**

- 8.2.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 8.2.2. A Administração poderá negociar condições mais vantajosas.
- 8.2.3. Estando o preço compatível, será solicitado no prazo de até 2 (duas) horas, o envio da proposta adequada ao valor do último lance ofertado, bem como, se necessário, dos documentos complementares.
 - 8.2.3.1. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo proponente, antes de findo o prazo.
- 8.2.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 8.2.4.1. conter vícios insanáveis;
 - 8.2.4.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 8.2.4.3. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

- 8.2.4.4. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.2.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.2.6. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 8.2.6.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.2.6.2. Será desclassificada a proposta que, depois de dada a oportunidade de saneamento, permanecer em desacordo com o estabelecido no Edital/Aviso de Dispensa de licitação, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório para apuração de infração, caso esteja enquadrada em uma ou mais condutas previstas no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.2.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.2.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.2.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Edital/Aviso de Dispensa de licitação.
- 8.2.10. A documentação de habilitação apresentada pelo proponente deverá estar dentro do prazo de validade na data prevista para abertura das propostas, definida no preâmbulo do Edital/Aviso de Dispensa de licitação.
- 8.2.11. Caso os documentos de habilitação não mencionem o prazo de validade, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias contados de sua emissão, exceto para aqueles que o prazo seja indeterminado.
- 8.2.12. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 8.2.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 8.2.14. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.2.15. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.
- 8.2.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
- 8.2.16.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos proponentes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegeipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

8.2.16.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas; e

8.2.16.3. a vedação à apresentação de documento novo não abrange o documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo proponente quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo Agente de Contratação/Comissão.

8.2.17. Na análise dos documentos de habilitação, a equipe de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.2.18. Será inabilitado o proponente que, depois da oportunidade de saneamento, não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los vencidos ou em desacordo com o estabelecido no Edital/Aviso de Dispensa de licitação.

8.2.19. Na hipótese de o proponente não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital/Aviso de Dispensa de licitação.

8.2.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

8.3. Adjudicação e Homologação:

8.3.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos conforme o caso, o processo administrativo será encaminhado a Autoridade Superior, que adjudicará o objeto e homologará o procedimento de dispensa.

8.3.2. Homologada a dispensa de licitação pela Autoridade Superior, o proponente vencedor será convocado para a assinatura da ata de registro de preços ou instrumento contratual.

8.3.3. O prazo para atender à convocação será de 5 (cinco) dias úteis, que poderá ser prorrogado uma vez, quando solicitado pelo proponente vencedor durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

8.3.4. Caso o proponente, ainda dentro da validade da proposta, não atenda à convocação para a assinatura da ata de registro de preços ou instrumento contratual, será instaurado procedimento administrativo sancionatório para apuração da conduta e eventual aplicação de sanções.

8.4. Disposições Finais:

8.4.1. Todas as referências de tempo no Edital/Aviso de Dispensa de licitação e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

8.4.2. A participação do proponente implica em aceitação de todos os termos do Edital/Aviso de Dispensa de licitação.

8.4.3. O proponente será responsável por todos os procedimentos que forem efetuados em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, lances e negociações.

8.4.4. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados, inclusive quanto às declarações explícitas ou implícitas, em qualquer fase da dispensa de licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata inabilitação do proponente que o tiver apresentado, sem prejuízo das demais sanções administrativas e criminais cabíveis.

8.4.5. Incumbirá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão,



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

desde que dentro do horário de expediente, assim considerado das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min.

- 8.4.6. As normas que disciplinam a dispensa de licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 8.4.7. As decisões referentes ao procedimento de dispensa poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no site oficial do município.
- 8.4.8. O Município de Cotegipe poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura, sendo devidamente publicados no site oficial.
- 8.4.9. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do procedimento de dispensa.
- 8.4.10. Na contagem dos prazos estabelecidos no Edital/Aviso de Dispensa de licitação e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da Administração Municipal.
- 8.4.11. O Edital/Aviso de Dispensa de licitação e o respectivo processo estão disponibilizados, na íntegra, no endereço eletrônico: [https://pncp.gov.br/\(Município de Cotegipe\)](https://pncp.gov.br/(Município de Cotegipe)).
- 8.4.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo Agente de Contratação/Comissão ou pela Autoridade Competente.
- 8.4.13. Nossos canais de atendimento: licitacao@cotegipe.ba.gov.br / (77) 3621-2424 (08h às 12h e das 14h às 17h).
- 8.4.14. Onde estamos: Praça da Bandeira, s/nº., Bairro Centro, Cotegipe/BA, CEP nº. 47900-000.
- 8.4.15. Normas: [Lei 14.133/2021](#), Decreto Municipal nºs. 140/2023 e 001/2024.
- 8.4.16. Legislação especial: **Sim.**
 - Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº. 8.078/90](#));
 - Lei Geral de Proteção de Dados ([Lei 13.709/2018](#)).
- 8.4.17. Veículos de publicação:
 - [https://pncp.gov.br/\(Município de Cotegipe\)](https://pncp.gov.br/(Município de Cotegipe));
 - [Plataforma eletrônica LICITANET](#);
 - [DOM – Diário Oficial do Município \(Município de Cotegipe\)](#).
- 8.4.18. Integram este Edital/Aviso de Dispensa de licitação, os seguintes anexos:
 - I. Anexo I: Especificações dos itens;
 - II. Anexo II: Termo de Referência;
 - III. Anexo III: Modelo de Proposta Readequada;
 - IV. Anexo IV: Minuta de Contrato;
 - V. Anexo V: Modelos sugeridos de Declaração e de Procuração.

Cotegipe-BA, 30 de abril de 2026.

Fabiane Fraga de Andrade Ribeiro
Secretaria Municipal de Assistência Social
Portaria nº. 02/2026



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

ANEXO I QUADRO DE QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO(S) ITEM(ENS)/LOTE(S)

LOTE ÚNICO					
Grupo - Instrumentos					
ITEM	DESCRIÇÃO	Unid.	Quant.	Média (unitário)	TOTAL
1.	Surdo luen 45x16 alumisteel 08 AFIN A. CH PT LEIT BATUKA	Unid.	20	R\$ 584,89	R\$ 11.697,80
2.	Repinique luen 30x10 ALUM COLOR FERR CROM	Unid.	04	R\$ 470,00	R\$ 1.880,00
3.	Caixa Luen de repique 06x14" CHP ESCV NAT 6 AF ARO CHP PTO	Unid.	04	R\$ 366,67	R\$ 1.466,68
4.	Surdo LUEEN 45X22 INOX ESC. A. CH.PT. 10 AFIN LEITOSA	Unid.	04	R\$ 844,00	R\$ 3.376,00
5.	Surdo terremoto takto 60x24	Unid.	04	R\$ 1.050,00	R\$ 4.200,00
6.	Talabarte LUEN 02 GANCHOS PRETO	Unid.	38	R\$ 42,80	R\$ 1.626,40
7.	Baqueta para surdo	Unid.	40	R\$ 15,67	R\$ 626,80
8.	Baqueta percussão tipo silicone PAR	Unid.	04	R\$ 37,42	R\$ 149,68
9.	Baqueta guerra vanguarda unidade	Unid.	08	R\$ 12,67	R\$ 101,36
10.	Maçaneta máster bombo pelúcia cabo madeira extra longo	Unid.	20	R\$ 28,59	R\$ 571,80
VALOR TOTAL ESTIMADO GERAL					R\$ 25.696,52

Obs.: As marcas eventualmente mencionadas têm caráter meramente referencial, sendo admitida a apresentação de alternativas de qualidade equivalente ou superior, nos termos do art. 41, inciso I, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA

1. DADOS GERAIS:					
Órgão:	Prefeitura Municipal de Cotegipe				
Setor Requisitante:	Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS;				
Responsável pela Demanda:	Fabiane Fraga de Andrade Ribeiro				
2. OBJETO:					
Contratação de empresa do ramo para a aquisição de instrumentos musicais para utilização nas oficinas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).					
2.1. Especificações e quantidades:					
ITEM	Especificações mínimas	UNID.	QUANT.	UNIT. R\$	TOTAL R\$
1.	Surdo 45x16 , corpo em alumínio ou material equivalente, com aro resistente, pele leitosa e sistema de afinação com 08 tensores, próprio para fanfarra/banda. Marca/modelo de referência Luen Alumisteel.	UNID	20	R\$ 584,89	R\$ 11.697,80
2.	Repinique 30x10 , corpo em alumínio ou material equivalente, ferragens cromadas ou similares, com aro e sistema de afinação compatíveis, próprio para uso percussivo. Marca/modelo de referência Luen.	UNID	04	R\$ 470,00	R\$ 1.880,00
3.	Caixa de repique 06x14 , corpo em chapa com acabamento escovado natural ou equivalente, aro reforçado, com 06 afinadores, peles e ferragens compatíveis. Marca/modelo de referência Luen.	UNID	04	R\$ 366,67	R\$ 1.466,68
4.	Surdo 45x22 , corpo em inox ou material equivalente, acabamento escovado, aro reforçado, pele leitosa e sistema de afinação com 10 tensores. Marca/modelo de referência Luen.	UNID	04	R\$ 844,00	R\$ 3.376,00
5.	Surdo tipo terremoto 60x24 , corpo em material resistente, aros reforçados e sistema de afinação compatível, destinado à emissão de sons graves. Marca/modelo de referência Takto.	UNID	04	R\$ 1.050,00	R\$ 4.200,00
6.	Talabarte para instrumento de percussão , na cor preta, com 02 ganchos, regulável, confeccionado em material resistente e ferragens reforçadas. Marca/modelo de referência Luen.	UNID	38	R\$ 42,80	R\$ 1.626,40
7.	Baqueta para surdo , em madeira ou material equivalente, resistente, com acabamento liso e dimensões adequadas ao uso em surdo. Marca/modelo de referência Vanguarda.	UNID	40	R\$ 15,67	R\$ 626,80
8.	Baqueta de percussão tipo silicone , fornecida em par, com cabo resistente e ponta em silicone ou material similar.	UNID	04	R\$ 37,42	R\$ 149,68
9.	Baqueta tipo guerra , fornecida por unidade, em madeira ou material equivalente, resistente e adequada ao uso em percussão marcial. Marca/modelo de referência Vanguarda.	UNID	08	R\$ 12,67	R\$ 101,36
10.	Maçaneta para bombo , com cabeça revestida em pelúcia ou material similar e cabo de madeira extralongo, própria para bombo. Marca/modelo de referência Master.	UNID	20	R\$ 28,59	R\$ 571,80
VALOR TOTAL					R\$ 25.696,52



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

2.2. As marcas eventualmente mencionadas têm caráter meramente referencial, sendo admitida a apresentação de alternativas de qualidade equivalente ou superior, nos termos do art. 41, inciso I, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

2.3. Da natureza do objeto:

☒ Não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº. 140/2023 "que regulamenta o disposto no artigo 20 da Lei no 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas do Município, nas categorias de qualidade de comum e de luxo."

☒ Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características e especificações usuais de mercado.

2.4. O objeto é um produto com julgamento pelo ciclo de vida?

☒ Não.

☐ Sim.

Se sim, quais?

Não se aplica.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação tem por objeto a aquisição de instrumentos musicais destinados à execução das atividades desenvolvidas no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social.

A demanda decorre da necessidade de estruturação e fortalecimento das ações socioassistenciais ofertadas pelo SCFV, serviço de caráter continuado que integra a proteção social básica, com foco na prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

As oficinas de música e percussão configuram-se como ferramentas pedagógicas essenciais no processo socioeducativo, promovendo a inclusão social, o estímulo à criatividade, o desenvolvimento cognitivo e emocional, bem como o incentivo ao trabalho coletivo e à valorização da cultura local. A ausência de instrumentos adequados compromete a efetividade dessas atividades, impactando diretamente a qualidade dos serviços prestados aos usuários.

Ressalta-se que a aquisição pretendida atende ao interesse público, na medida em que contribui para a ampliação e qualificação das ações ofertadas a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, público prioritário da política de assistência social.

Diante do exposto, a contratação mostra-se necessária e adequada, visando assegurar a continuidade das atividades do SCFV, em conformidade com os princípios da eficiência, da economicidade e da supremacia do interesse público, previstos na legislação vigente.

4. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO:

4.1. Do tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014) e art. 4º da Lei nº 14.133/2021?

Benefícios de Micro e Pequenas Empresas – MPE: Sim. Regularização tardia e desempate ficto.
Lotes Exclusivos para ME/EPP: Não.

4.2. Do agrupamento de itens em lotes:

A aquisição/contratação se dará em lotes?

☐ Não.



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

☒ Sim.

Justificativa:

Lote Único. A contratação por lote único é justificada pela necessidade de centralizar o fornecimento, garantindo maior eficiência logística, padronização de materiais e redução de custos administrativos, evitando múltiplos pedidos fragmentados que poderiam gerar atrasos, aumentos de preços e sobrecarga operacional.

4.3. Será admitida a subcontratação?

☒ Não.

☐ Sim.

Condições e limites para a subcontratação:

Não se aplica.

5. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:

5.1. Serão exigidos documentos adicionais juntamente com a proposta de preços (para análise da equipe técnica na fase de julgamento da proposta final de preços):

☒ Não.

☐ Sim.

Se sim, quais?

5.2. Será exigido amostra do(s) produto(s)/demonstração do(s) serviço(s):

☒ Não.

☐ Sim.

5.3. Será exigida carta de solidariedade?

☒ Não.

☐ Sim.

Se sim, justificativa:

Não se aplica.

5.4. Será exigida garantia de proposta?

☒ Não.

☐ Sim.

Se sim, justificativa:

6. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO:

Para fins de habilitação, deverá o licitante/proponente comprovar os seguintes requisitos:

6.1. Habilitação Jurídica:

- a) Estatuto social ou contrato social ou outro instrumento de registro comercial, com suas alterações ou da consolidação respectiva, registrado na Junta Comercial ou outro órgão



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

competente de acordo com a legislação aplicável, constando o ramo de atividade compatível com o objeto;

- b) No que couber, os documentos acima poderão ser substituídos por Certidão Simplificada da Junta Comercial da sede da empresa, atualizada, contendo informações suficientes para atestar a existência, regularidade e situação cadastral da pessoa jurídica.

6.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- b) Certidão conjunta de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal e à Seguridade Social (INSS);
- c) Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual ou Distrital da sede da empresa;
- d) Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal da sede da empresa;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

6.3. Qualificação econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa.

6.4. Qualificação técnica:

- a) Apresentar atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de contrato cujo objeto seja pertinente e compatível com o da presente contratação direta, observando-se as características, quantidades e prazos.

7. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, XXIII, “h” da Lei nº. 14.133/21)

7.1. A forma de seleção se dará por meio de CONTRATAÇÃO DIRETA via DISPENSA DE LICITAÇÃO;

7.2. O critério de julgamento das propostas será o de MENOR PREÇO;

7.3. Será considerado primeiro classificado, o fornecedor que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência e/ou no Edital, apresentar o menor preço por Lote Único.

8. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Forma de Execução:

☒ **Fornecimento imediato**

☐ Fornecimento parcelado/continuado

☐ Fornecimento / Serviço não continuado

☐ Prestação de serviço imediato

☐ Fornecimento e/ou Prestação de serviços Paralela e não excludente

☐ Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra

☐ Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra

☐ Contrato de fornecimento com serviço continuado com predominância de mão de obra

☐ Locação de imóvel

8.2. Prazo de entrega/execução:



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

O prazo para entrega do objeto será de até **10 (dez) dias úteis**, contados do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da ordem de fornecimento/nota de empenho pela contratada.

8.3. Local, horário e endereço de entrega:

8.3.1. Local de entrega: Depósito Central – Endereço: Praça da Bandeira, s/nº, Bairro Centro, Cotegipe/BA, CEP 47.900-000.

8.3.2. Horário de recebimento: das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 16h00, em dias úteis.

8.3.3. A entrega deverá ocorrer em remessa única, contemplando a totalidade dos itens contratados, observadas as quantidades e especificações estabelecidas no Termo de Referência.

8.3.4. O atraso ocasionado por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que comunicado e justificado pela contratada com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis do término do prazo de entrega e aceito pela Administração, não será considerado inadimplemento contratual.

8.3.5. A entrega será acompanhada por servidor designado pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, que verificará a conformidade dos materiais com as especificações exigidas, procedendo ao registro e recebimento definitivo para fins de pagamento.

8.4. Bens perecíveis

☒ Não.

☐ Sim.

8.5. Garantia do produto/serviço, manutenção e assistência técnica

☒ Garantia e/ou assistência técnica

Especificar condições:

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Conforme Código de Defesa do Consumidor, em especial aos artigos: 18, 24, 26 e 50. Garantia

Legal:

- ✓ 30 dias para produtos não duráveis;
- ✓ 90 dias para produtos duráveis.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

9.1. Da CONTRATADA

Obriga-se a proponente vencedora:

- a. ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes neste termo, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- b. responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do objeto deste termo;
- c. reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- d. providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do objeto;
- e. responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- f. responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegeipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

- g. responsabilizar-se integralmente pela entrega dos materiais, seguindo os padrões usuais de mercado, com identificação do fabricante, marca, e demais características e especificações técnicas essenciais, que permitam a aferição da qualidade dos materiais, pela CONTRATANTE;
- h. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelas legislações pertinentes;
- i. manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração.

9.2. Da CONTRATANTE

Obriga-se a Administração/Contratante:

- a. Realizar o empenho da respectiva dotação orçamentária;
- b. Publicar o contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas;
- c. Atuar no controle e fiscalização da execução contratual;
- d. Fornecer, em tempo hábil, as informações e documentos necessários ao cumprimento das obrigações do contratado;
- e. Efetuar o pagamento devido nas condições da legislação municipal.

10. DO CONTRATO

10.1. Instrumento Contratual

- ☐ Somente por assinatura de contrato.
- ☒ Autorização de Fornecimento + Contrato de garantia e assistência técnica.
- ☒ Autorização de Fornecimento.
- ☒ Outro. nota de empenho, ou documento equivalente.

10.2. Vigência

10.2.1. O prazo de vigência da contratação está limitado à vigência do respectivo crédito orçamentário, portanto até 31/12/2026, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.3. Gestão e Fiscalização

Gestor(a):

Nome: Silvania de Oliveira da Câmara
Portaria: 35/2026

Fiscal(is):

Nome: Taíse Siqueira Wanderley
Matricula: 4815

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.1. Prazos:

- i. Prazo de troca de bens rejeitados: Em até 5 (cinco) dias úteis, contadas do recebimento da notificação da Administração;
- ii. Prazo de recebimento Provisório: No momento da entrega dos materiais, ocasião em que verificará apenas as quantidades dos itens entregues, sem prejuízo da posterior análise qualitativa;
- iii. Prazo de recebimento definitivo do objeto: Até 5 (cinco) dias úteis após a entrega, mediante atesto do fiscal do contrato;



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

11.2. Condições de Pagamento:

- 11.2.1.** O pagamento ocorrerá em até 30 (tinta) dias, contados da data de entrega do objeto, prestação do serviço ou medição que ocorrerá mensalmente, mediante apresentação da nota fiscal emitida pelo contratado.
- 11.2.2.** O prazo de pagamento será suspenso nos casos de descumprimento total da obrigação contratual.
- 11.2.3.** Nos casos de descumprimento parcial da obrigação contratual será realizado o pagamento relativo à parcela incontroversa.
- 11.2.4.** Caso o contratado não emita a nota fiscal dentro do prazo para o pagamento, o contratante aguardará a entrega da nota fiscal para autorizar o pagamento, que deverá ocorrer, nestes casos, em até 15 (quinze) dias, contados da entrega da nota fiscal.
- 11.2.5.** A nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida ao contratado, para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento se reiniciarão a partir da data de sua reapresentação.
- 11.2.6.** No caso de o contratado emitir nota fiscal eletrônica, para atender o AJUSTE SINIEF 08/2010, deverá enviar o arquivo em formato XML/PDF, para o e-mail institucional contabilidade@cotegipe.ba.gov.br.
- 11.2.7.** Nos casos de multas aplicadas ao contratado, os valores serão descontados dos pagamentos seguintes, desde que tenha ocorrido o julgamento do recurso no processo administrativo.
- 11.2.8.** O fiscal do contrato comunicará previamente ao contratado a ocorrência de eventual atraso no pagamento, indicando os motivos e a perspectiva de regularização, com a data provável de pagamento, quando possível.
- 11.2.9.** O pagamento efetuado após o prazo estabelecido será considerado em atraso, gerando para o contratado o direito à atualização monetária considerando os dias de atraso até a data do efetivo pagamento, contados de forma corrida, mediante aplicação do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = VP (0,00016438356 \times N + I), \text{ onde:}$
EM = Encargos moratórios a ser acrescido ao valor normal do pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso;
N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a data do efetivo pagamento; e
I = Variação do IPCA no período de atraso.

- 11.2.10.** Caso ainda não estejam disponíveis os valores dos índices necessários, serão considerados os últimos índices disponíveis que correspondam ao mesmo período desejado.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Previsão orçamentária para a contratação:

- ☐ Desnecessária por ser Sistema de Registro de Preços.
- ☒ Existe previsão orçamentária.
- ☐ Não há previsão orçamentária.

12.1.1. Rubrica orçamentária para a contratação:

UNIDADE: 02.06.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ATIVIDADE:

- 08.245.007.2.052 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

ELEMENTO DE DESPESA:

- 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente
- 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

FONTES DE RECURSO:

- 1.661.0000 - FEAS - Fundo Estadual de Assist. Social



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

13. INFRAÇÕES E PENALIDADES

13.1. As infrações praticadas pela contratada serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual sancionatório da Administração.

13.1.1. A penalidade de multa **poderá**, a depender da gravidade da infração, ser cumulada com penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO DE ATÉ
Ensejar o retardamento da execução do contrato sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Cotegipe	6 meses
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Cotegipe	12 meses
Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Cotegipe	18 meses
Prestar declaração falsa durante a execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
<u>Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013</u>	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

13.1.2. Multas por atraso na execução:

- Atraso injustificado na conclusão do fornecimento/serviços implica multa de 0,5% por dia de atraso, limitada a 15% (30 dias). Após o 31º dia, será considerado abandono do objeto, aplicando-se cumulativamente a multa por inexecução parcial ou total (até 30%).

13.1.3. Multas por atraso no início da execução:

- Até 5 dias de atraso injustificado: multa de 0,5% por dia sobre o valor do contrato;
- Do 6º ao 20º dia: multa de 5% sobre o valor do contrato;
- A partir do 21º dia: considerado inexecução total, aplicando-se multa de 30%.

13.1.4. Outras hipóteses de multa:

- Inexecução parcial: multa de 15% sobre o valor do empenho;
- Inexecução total: multa de 30% sobre o valor do contrato;
- Recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar a nota de empenho: equipara-se à inexecução total.

13.1.5. Disposições finais:

- A aplicação das penalidades não exclui outras sanções previstas no Título IV, Capítulo I da Lei nº 14.133/2021;
- O prazo para pagamento das multas será de 30 dias contados do recebimento da notificação da Administração.

14. DO VALOR MÁXIMO ESTIMADO

Conforme estabelecido no item 2.1 deste termo de referência.

15. INFORMAÇÕES ADICIONAIS



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

Cotegipe-BA, 30 de abril de 2026.

Fabiane Fraga de Andrade Ribeiro
Secretaria Municipal de Assistência Social
Portaria nº. 02/2026



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, CoteGIPE-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

ANEXO III **MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS (para o proponente vencedor)**

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE COTEGIPE-BA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO/EQUIPE/COMISSÃO
Ref.: Dispensa de Licitação nº. 010/2026, formato eletrônico.

A proposta encontra-se em conformidade com as informações previstas no edital/Aviso de Dispensa de Licitação e seus Anexos.

1. Identificação da licitante:

- Razão Social:
- CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:

2. Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta é válida por 90 (noventa) dias, contados data fixada para início da sessão pública.

3. Formação do Preço:

Item	Descrição	MARCA	Unid.	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1.						
VALOR GLOBAL R\$: _____						
Valor por extenso (_____).						

Local e data

Assinatura do representante legal
(Nome e cargo)



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, CoteGIPE-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO nº. ____/2026.

- I. **CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE COTEGIPE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça da Bandeira, s/nº., Bairro Centro, CoteGIPE/BA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.654.892/0001-96, doravante denominada **CONTRATANTE**; e a empresa _____, Pessoa Jurídica de _____, com sede na _____, nº. _____, Bairro _____, Cidade _____/UF, inscrita no CNPJ/MF nº. xx.xxx.xxx/xxxx-xx, doravante denominada **CONTRATADA**.
- II. **REPRESENTANTES:** Representa a **CONTRATANTE** a Prefeita, a **Sr.ª BEATRIZ BATISTA RIBEIRO CALADO**, brasileira, professora, portadora do CPF/MF nº. 219.387.765-34 e da Carteira de Identidade RG nº. 05.829.844-40/SSP-BA, residente e domiciliado nesta cidade; e a **CONTRATADA** o(a) **Sr.(a)** _____, brasileiro(a), casado(a), empresário(a), portador(a) do CPF/MF nº. _____, e da Carteira de Identidade RG nº. _____ SSP/____, residente e domiciliado(a) na Rua _____, nº. _____, Bairro _____, Cidade _____/UF.
- III. **DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL:** O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização da **Sr.ª BEATRIZ BATISTA RIBEIRO CALADO**, Prefeita Municipal, referente a **DISPENSA DE LICITAÇÃO nº. xxx/2026**, vinculada ao **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. ---/2026**, que independente de transcrição integra este instrumento, e observadas às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, celebram o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto deste Contrato a **Contratação de empresa do ramo para a aquisição de instrumentos musicais para utilização nas oficinas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**, nas condições estabelecidas no termo de referência.

1.2 - Detalhamento do objeto:

LOTE						
Item	Descrição	Marca	Unid.	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
1.					R\$	R\$
2.					R\$	R\$
3.					R\$	R\$
VALOR TOTAL						R\$

1.3 - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Processo Administrativo nº. PA nº. ____/2026, Dispensa de Licitação nº. ____/2026 e seus anexos;
- Documento de Formalização de Demanda.
- O Termo de Referência;
- A Autorização de Contratação Direta;
- A Proposta da contratada, datada de ____/____/____;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3.1 - Os documentos mencionados nesta cláusula são considerados suficientes para, em conjunto com este contrato, definir o seu objeto e a sua perfeita execução.

1.3.2 - Havendo dúvidas ou divergências entre os anexos e este contrato, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes, prevalecendo o que mais beneficiar ao interesse público.



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, CoteGipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME E FORMA DE EXECUÇÃO

2.1 - O regime de execução deste contrato é empreitada por preço global: contratação da execução por preço certo e total.

2.2 - A forma de execução deste contrato é o fornecimento/serviço não continuado ou escopo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

3.1 - O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, contados da assinatura deste contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.1 - O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLAUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1 - Por força do presente contrato a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ xxx.xxx,xx (_____).

4.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - O pagamento ocorrerá em até 30 (tinta) dias, contados da data de entrega do objeto, prestação do serviço ou medição que ocorrerá mensalmente, mediante apresentação da nota fiscal emitida pelo contratado.

5.2 - O prazo de pagamento será suspenso nos casos de descumprimento total da obrigação contratual.

5.3 - Nos casos de descumprimento parcial da obrigação contratual será realizado o pagamento relativo à parcela incontroversa.

5.4 - Caso o contratado não emita a nota fiscal dentro do prazo para o pagamento, o contratante aguardará a entrega da nota fiscal para autorizar o pagamento, que deverá ocorrer, nestes casos, em até 15 (quinze) dias, contados da entrega da nota fiscal.

5.5 - A nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida ao contratado, para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento se reiniciarão a partir da data de sua reapresentação.

5.6 - No caso de o contratado emitir nota fiscal eletrônica, para atender o AJUSTE SINIEF 08/2010, deverá enviar o arquivo em formato XML/PDF, para o e-mail institucional contabilidade@cotegipe.ba.gov.br.

5.7 - Nos casos de multas aplicadas ao contratado, os valores serão descontados dos pagamentos seguintes, desde que tenha ocorrido o julgamento do recurso no processo administrativo.

5.8 - O fiscal do contrato comunicará previamente ao contratado a ocorrência de eventual atraso no pagamento, indicando os motivos e a perspectiva de regularização, com a data provável de pagamento, quando possível.

5.9 - O pagamento efetuado após o prazo estabelecido será considerado em atraso, gerando para o contratado o direito à atualização monetária considerando os dias de atraso até a data do efetivo



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

pagamento, contados de forma corrida, mediante aplicação do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = VP (0,00016438356 x N + I), onde:

EM = Encargos moratórios a ser acrescido ao valor normal do pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a data do efetivo pagamento; e

I = Variação do IPCA no período de atraso.

5.10 - Caso ainda não estejam disponíveis os valores dos índices necessários, serão considerados os últimos índices disponíveis que correspondam ao mesmo período desejado.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1 – Os preços, no que se refere ao reajuste por índice, permanecerão inalterados durante a vigência do contrato, considerando que seu prazo de vigência é inferior a 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1 - O reequilíbrio econômico-financeiro ocorrerá por meio de termo aditivo e, quando em favor do contratado, dependerá de prévia solicitação e demonstração de que a(s) ocorrência(s) inviabiliza(m) a execução do contrato nos termos inicialmente ajustados, por meio de documentos pertinentes e suficientes, acompanhados das memórias de cálculo.

7.2 - A solicitação será endereçada a gestora do contrato da contratante.

7.3 - O contratante analisará o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro e emitirá resposta ao contratado em 30 (trinta) dias, admitida, desde que justificada, a prorrogação desse prazo, a partir do recebimento do pedido ou dos documentos complementares, se forem requisitados.

7.4 - A necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do contratante será comunicada previamente ao contratado, de forma devidamente fundamentada e demonstrada nos mesmos termos do item 7.1.

7.5 - Formalizado o reequilíbrio econômico-financeiro, este produzirá efeitos a partir da data do fato gerador, devendo, as subsequentes notas fiscais emitidas pelo contratado e os pagamentos realizados pelo contratante, observar os novos valores.

7.6 - O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

CLAUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 – As obrigações da Contratada e da Contratante estão estabelecidas no termo de referência que vincula este contrato.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1 - Não haverá exigência de garantia contratual de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RECURSO ORÇAMENTÁRIO

11.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do orçamento da CONTRATANTE, deste exercício, na dotação abaixo discriminada:



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

UNIDADE: 02.06.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	UNIDADE: 02.06.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	UNIDADE: 02.06.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ATIVIDADE: 08.245.007.2.052 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	ATIVIDADE: 08.245.007.2.052 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	ATIVIDADE: 08.245.007.2.052 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - As infrações praticadas pela contratada serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual sancionatório da Administração.

12.1.1 - A penalidade de multa **poderá**, a depender da gravidade da infração, ser cumulada com penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO DE ATÉ
Ensejar o retardamento da execução do contrato sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Cotegipe	6 meses
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Cotegipe	12 meses
Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Cotegipe	18 meses
Prestar declaração falsa durante a execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

12.1.2 - O atraso injustificado na execução dos serviços/materiais contratados implica no pagamento de multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, limitada a 15% (quinze por cento), equivalente a 30 (trinta) dias de atraso, calculada sobre o valor total do contrato, isentando, em consequência, o Município de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso será considerado o abandono do objeto, sendo aplicada, cumulativamente com a multa por atraso, aquela correspondente à penalidade por inexecução parcial ou total, conforme o caso, respeitado o limite máximo de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

12.1.3 - A penalidade por atraso acima, trata-se de atraso na execução/entrega do objeto contratado.

12.1.4 - O atraso injustificado no início da execução do objeto, implica no pagamento de multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, limitado a 05 (cinco) dias de atraso injustificado no início



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

da execução. A partir do 06º (sexto) dia de atraso até o limite do 20º dia, será aplicada multa de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total do contrato.

12.1.5 - A partir do 21º dia de atraso injustificado no início da execução do objeto, para fins de aplicação de penalidade, será considerado inexecução total do Contrato, aplicando-se multa por inexecução total.

12.1.6 - A inexecução parcial do ajuste ou execução parcial em desacordo com o presente Contrato implica no pagamento de multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor do empenho.

12.1.7 - A inexecução total do ajuste ou execução total em desacordo com o presente Contrato implica no pagamento de multa de 30% (vinte por cento), calculada sobre o valor total do contrato.

12.1.8 - A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, após 05 (cinco) dias da notificação, para efeitos de aplicação de multa, equivale à inexecução total da sua obrigação.

12.1.9 - A aplicação de multa, a ser determinada pelo Município, após regular procedimento que garanta a prévia defesa da empresa inadimplente, não exclui a possibilidade de aplicação de outras sanções previstas no Título IV, Capítulo I da Lei 14.133/2021, inclusive por outros descumprimentos contratuais que vier a ser apurados.

12.1.10 - O prazo para pagamento das multas será de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2 - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos serviços ou nas compras.

13.3 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da procuradoria jurídica da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1 - O presente contrato poderá ser extinto, ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no art. 137 da lei nº. 14.133/21, ou quando do transcurso do seu prazo de vigência, sem que haja a competente prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PROTEÇÃO DE DADOS

15.1 - As partes se obrigam a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, no que for cabível em face do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1 - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

18.1 - A fiscalização e gestão de contratos serão designados por meio de ato próprio:

Gestor (a) de Contrato:

Nome:
Cargo:
Portaria:

Fiscal de Contrato:

Nome:
Cargo:
Portaria:

18.1.1 - O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

18.1.2 - O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

18.1.3 - O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

18.2 - O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

18.3 - O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Cotegipe/BA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Cotegipe/BA, ____ de _____ de 2026.

Pela Contratante:

BEATRIZ BATISTA RIBEIRO CALADO
Prefeitura Municipal

Pela Contratada:

NOME DA CONTRATADA _____
Nome do representante _____
Representante Legal

Testemunhas:



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

1. _____
RG nº.: _____
2. _____
RG nº.: _____

ANEXO V **MODELOS SUGERIDOS DE DECLARAÇÃO E DE PROCURAÇÃO**

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração e pela melhor forma de direito, a EMPRESA "_____", com sede na Rua _____, nº. _____, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. _____, representada, neste ato, por seu sócio-gerente Sr. _____, brasileiro, estado civil, profissão, residente e domiciliado nesta cidade, nomeia e constitui seu representante, o Sr. _____, estado civil, profissão, portador da cédula de identidade RG nº. _____, e do CPF nº. _____, a quem são conferidos poderes para representar a empresa outorgante na Dispensa de Licitação nº. ____/20xx, formato eletrônico, instaurado pelo Administração Municipal de Cotegipe-BA, em especial para firmar declarações e atas, apresentar ou desistir da apresentação de lances verbais, negociar os valores propostos, interpor ou desistir da interposição de recursos e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame acima indicado.

Local e data.

Razão Social do Fornecedor
Nome do Representante Legal
(Assinatura)

DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

O(A) licitante _____, com domicílio (ou sede) na cidade de _____, estado _____, endereço _____ através de seu(sua) representante legal (no caso de pessoa jurídica) _____, DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do Edital/Aviso de Dispensa de Licitação nº. ____/20xx, formato eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e, entrega, juntamente com a presente, o envelope contendo a indicação do objeto e preços oferecidos, além do envelope contendo as documentações habilitatórias do referido Edital/Aviso de Dispensa de Licitação.

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

Local e data.

Razão Social do Fornecedor
Nome do Representante Legal
(Assinatura)

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MPE

Declaração de estar enquadrado como MPE - Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou sociedade cooperativa, em condições para usufruir do tratamento jurídico diferenciado determinado na Lei Complementar 123/2006, em especial quanto ao § 4º do art. 3º, assim como estar ciente de que será penalizado caso esta declaração for falsa:

() Declaramos que SIM

Razão Social do Fornecedor
Nome do Representante Legal
(Assinatura)

DECLARAÇÃO "OBSERVÂNCIA AO LIMITE DA RECEITA BRUTA ME/EPP"

DECLARO, sob as penas da Lei e para os devidos fins, que até o momento não foram celebrados contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme § 2º, Art. 4º da Lei 14.133/21.



Prefeitura Municipal de **COTEGIPE**

Praça da Bandeira, s/nº, Centro, Cotegipe-BA
CNPJ 13.654.892/0001-96 Tel: (77) 3621-2424

Por ser verdade, firmo a presente.
Local e data.

Razão Social do Fornecedor
Nome do Representante Legal
(Assinatura)